

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 61.805 - DF
(2019/0266975-0)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : POLIANA MARIA PEREIRA
ADVOGADOS : SYULLA NARA LUNA DE MEDEIROS DE SOUZA -
DF018822
CARLOS ALBERTO ARAUJO DE SOUZA - DF042505
RICARDO FONSECA MIRANTE - DF030142
KELBE SILVA RIBEIRO - DF055705
RECORRIDO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : CAMILA ROCHA PORTELA E OUTRO(S) - DF041194

DECISÃO

Cuida-se de recurso em mandado de segurança interposto por **Poliana Maria Pereira** contra acórdão às fls. 218/227, proferido à unanimidade da 2.^a Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, resumido pela seguinte ementa:

MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. INSCRIÇÃO PARA AS VAGAS DESTINADAS A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS. DESCUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA EDITALÍCIA. INDEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO.

1. Não há que se falar em direito líquido e certo à concessão da segurança para validar inscrição realizada sem o cumprimento de formalidades previstas no edital, sob pena de afronta aos princípios da vinculação do concurso público ao edital, da isonomia e da impessoalidade.

2. Denegou-se a segurança. (fl. 220).

As razões recursais, fls. 229/259, apresentadas para justificar a interposição do recurso ordinário, reproduzem as teses e a argumentação veiculada na exordial, fls. 6/35, e defendem, em síntese, que *"a recorrente possui direito líquido e certo a concorrer às vagas destinadas aos portadores de deficiência, por ser comprovadamente portadora de visão monocular e ter amparo do artigo 8.º, § 6.º, da Lei Distrital n.º 4.949/2012 e a Súmula 377 do STJ"* (fl. 235).

Requer, assim, o provimento do recurso.

Superior Tribunal de Justiça

O Distrito Federal não apresentou contrarrazões.

O Ministério Público Federal, pelo Subprocurador-Geral da República Wagner Natal Batista, manifestou-se pelo provimento do presente recurso, consoante o parecer às fls. 272/282.

Representação regular (fl. 36).

Deferimento de justiça gratuita pelo Tribunal de origem (fl. 93).

É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.

Em que pese a irresignação da recorrente, não lhe assiste razão.

Em obra conjunta, Eduardo CAMBI, Rogéria DOTTI, Paulo Eduardo d'Arce PINHEIRO, Sandro Gilbert MARTINS e Sandro Marcelo KOZIKOSKI ensinam que, *"por força do princípio da dialeticidade, se exige que o recorrente apresente os motivos específicos de seu inconformismo, declinando os fundamentos que demandam a anulação, reforma ou integração da decisão recorrida"*, razão pela qual, segundo os mesmos doutrinadores, *"há um ônus intrínseco a ser observado pelo recorrente, qual seja: a impugnação dos fundamentos da decisão judicial, sob pena de não conhecimento do recurso"* (Curso de processo civil completo. São Paulo: RT, 2017, p. 1470).

Também a consolidada jurisprudência do STJ assinala que, *"pelo princípio da dialeticidade, se impõe à parte recorrente o ônus de motivar seu recurso, expondo as razões hábeis a ensejar a reforma da decisão, sendo inconsistente o recurso que não ataca concretamente os fundamentos utilizados no acórdão recorrido"* (AgInt no RMS 58.200/BA, Relator Ministro GURGEL DE FARIA, 1ª Turma, DJe 28/11/2018).

No caso ora examinado, a recorrente **não** logrou se desvencilhar de tal encargo, como a seguir se demonstrará.

O acórdão recorrido se erigiu, essencialmente, sobre um único fundamento: ausência de direito líquido e certo à concessão da segurança para validar a inscrição realizada de forma irregular, em **desacordo com previsão expressa contida no edital do certame**.

Superior Tribunal de Justiça

Todavia, na hipótese destes autos, não cuidou a recorrente de impugnar, de forma específica e fundamentada, as bases jurídicas do acórdão questionado, limitando-se a **repetir** a argumentação da inicial do mandado de segurança, especialmente no que concerne à alegação de que "*possui direito líquido e certo a concorrer às vagas destinadas aos portadores de deficiência, por ser comprovadamente portadora de visão monocular e ter amparo do artigo 8.º, § 6.º, da Lei Distrital n.º 4.949/2012 e a Súmula 377 do STJ*" (fl. 235).

Nesse contexto, bem se vê o divórcio entre o único fundamento do aresto combatido e a linha argumentativa veiculada pela peça recursal.

A propósito:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. CONCURSO PÚBLICO. FORMAÇÃO PROFISSIONAL. BACHARELADO EM DIREITO. PREVISÃO APENAS EM REGRAMENTO EDITALÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. PROSSEGUIMENTO DO CERTAME. APLICAÇÃO DE ENTENDIMENTO ESTABELECIDO EM PRECEDENTE. REPERCUSSÃO GERAL. RE 600.855/RS. RAZÕES RECURSAIS. DESATENDIMENTO DO ÔNUS DA DIALETICIDADE.

1. Entre a motivação utilizada como fundamento do julgamento e as razões do recurso que impugna tal decisão deve haver relação de congruência, de maneira a permitir que o órgão com competência recursal possa examinar a juridicidade da "*ratio decidendi*", pena de inobservância do ônus da dialeticidade.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no RMS 56.965/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 31/10/2018)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO. FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ "*aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*" (Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

2. Pelo princípio da dialeticidade, impõe-se à parte recorrente o

Superior Tribunal de Justiça

ônus de motivar seu recurso, expondo as razões hábeis a ensejar a reforma da decisão, sendo inconsistente o recurso que não ataca concretamente os fundamentos utilizados no acórdão recorrido. 3.

Incidem as Súmulas 283 e 284 do STF, em aplicação analógica, quando não impugnado fundamento autônomo e suficiente à manutenção do aresto recorrido, sendo considerada deficiente a fundamentação do recurso.

4. Agravo desprovido.

(AgInt no RMS 58.200/BA, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 28/11/2018)

Em suma, não houve combate específico ao fundamento do acórdão recorrido, e essa irregularidade formal, violadora do princípio da dialeticidade, impede, só por si, o conhecimento do recurso ordinário.

ANTE O EXPOSTO, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC, e 34, XVIII, "a", do RISTJ, **não conheço** do presente recurso ordinário.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro **SÉRGIO KUKINA**
Relator